

PESQUISA DA BANCA ACADÊMICA DO **EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA**

Organização: Professora Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes

A banca acadêmica, disciplinada pela Resolução Enfam 7, de 7/12/2023, terá participação direta e decisiva na elaboração das questões da prova do ENAMA. Observe o que diz o artigo 8º da Resolução:

Art. 8º. A Comissão Acadêmica será composta por, no mínimo, nove membros, sendo uma ou um representante da Ordem dos Advogados do Brasil e uma ou um representante do Ministério Público, e sete magistradas ou magistrados, cada um responsável por um ramo de conhecimento previsto no art. 4o, e terá, com designação entre suas e seus integrantes, uma coordenadora ou um coordenador, competindo-lhe:

I – referendar a seleção de membros da banca examinadora, que deverá ser composta, preferencialmente, por magistradas ou magistrados ou juristas com título de doutorado reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação – Capes/MEC;

II – avaliar, o currículo de cada membro proposto pela instituição contratada, aceitando-o ou não, total ou parcialmente, resguardado o sigilo e a confidencialidade do procedimento e assegurados os critérios de impedimentos das pessoas que participarão dessa avaliação;

III – orientar e aprovar a definição do conteúdo acadêmico da prova;

IV – acompanhar, com a instituição especializada contratada, a elaboração do banco de questões a serem aplicadas;

V – fiscalizar a seleção das questões que comporão a prova;

VI – validar as decisões em recursos da prova eventualmente interpostos por candidatas e candidatos.

Por isso, é importante conhecer o perfil dos profissionais designados pela Enfam para comporem essa banca. Do quanto podemos verificar, há um eixo temático muito importante a ser estudado pelos candidatos ao ENAMA: **direitos sociais**.

É também necessário que tenhamos atenção para a possível estrutura **interdisciplinar** e até mesmo **multidisciplinar** das perguntas da prova, com ênfase na leitura constitucional de todas as áreas do Direito, além da importância dos direitos humanos como “farol” da aplicação do direito, a partir do postulado da dignidade da pessoa humana. Não se esqueça, ainda, das diretrizes definidas pelo CNJ para as questões do ENAMA, amparadas na **capacidade de resolução de problemas** e na **vocação para a magistratura** (leia-se: poder de decisão).

Tão logo tenhamos notícia da instituição contratada para a elaboração das questões, divulgaremos nova pesquisa dessa banca “externa”. Por ora, recomendamos que você vá lendo o que preparamos aqui, assistindo a alguns dos vídeos indicados e tomando ciência da produção acadêmica dos indicados pela Enfam para *influenciar* e *inspirar* as perguntas do ENAMA.

Desejamos um ótimo estudo a você, Orientanda e Orientando da nossa mentoria, Candidata e Candidato à magistratura.

Equipe ICP

1. Desembargadora Federal Carmen Silvia Lima de Arruda (TRF2)

PARA O ENAMA: está na coordenação dos trabalhos da comissão acadêmica. Poderá influenciar nas questões de Direito **Constitucional**, na parte específica de **Constitucional Tributário** (ela tem participado de diversos eventos sobre Direito Tributário). **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Reforma tributária
- Sistema tributário nacional constitucional
- Interpretação constitucional do Direito Tributário

PhD em Direito Público pela Universidade de Pavia, Itália e Doutora em Sociologia e Direito pela UFF em 2019. Pesquisadora do DAI-USP desde 2021 e do CEDAU-USP desde 2020. Mestre em Justiça Administrativa (PPGJA/UFF-2015). Juris Doctor pela University of Miami (2008) com especialização em Direito Comparado. Desembargadora Federal do TRF2, promovida por merecimento em 2022. Foi juíza titular da 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro, desde 1996. Coordenadora da Comissão de Direito Privado da EMARF- Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região. Foi Procuradora do Município do Rio de Janeiro de 1991 a 1996. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1989. Fonte: Escavador

Obras (em coautoria):

- ✓ Direito Urbanístico, Ambiental e Imobiliário: a partir de casos complexos, Foco, 2022
- ✓ Leis de Licitação e Contratos, Quartier Latin, 2023

Texto importante:

<https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1864/1817>

2. Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno (TRF5) @fernando.braga.damasceno

PARA O ENAMA: deverá influenciar diretamente nas questões de Direito **Constitucional**, na parte específica de **Constitucional Processual Penal**. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Garantias constitucionais da produção probatória
- Garantias constitucionais da investigação criminal

- **Garantias constitucionais do tribunal do júri**

Possui graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1998), mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (2005) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2023). Atualmente é professor integrante do quadro permanente da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e desembargador federal - Tribunal Regional Federal da 5ª Região, atuando principalmente nos seguintes temas: prova penal, formação de juízes, processo penal, investigação criminal e tribunal do júri. Fonte: Escavador

Obra:

- ✓ Direito probatório (stricto sensu): da valoração da prova, Editorial Tirant Lo Blanch, 2023

Texto importante:

<https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/article/view/900/507> **ATENÇÃO! ESTE TEXTO É DISPONIBILIZADO PELA ENFAM**

**3. Desembargador Ingo Wolfgang Sarlet (TJRS aposentado)
@pofessor_ingosarlet**

PARA O ENAMA: deverá influenciar diretamente nas questões de Direito Constitucional e Direitos Humanos. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Dignidade da pessoa humana
- Direitos fundamentais – eficácia e efetividade
- Direitos sociais
- Direito constitucional à proteção de dados
- Direito constitucional ecológico

Doutor em Direito pela Ludwig Maximilians-Universität- München (1997). Professor Titular da Escola de Direito e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito e em Ciências Criminais da Escola de Direito da PUCRS. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da PUCRS (desde 09.12.2006). Coordenador do GEDF (Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Fundamentais - CNPq) e Colíder do Grupo de Pesquisa em Governança Corporativa, Compliance & Proteção de Dados - CNPq. Realizou estudos de Pós-Doutorado na Universidade de Munique (bolsista DAAD, 2005, com Prof. Claus-Wilhelm Canaris), como Bolsista e Pesquisador do Instituto Max-Planck de Direito Social, Estrangeiro e Internacional (Alemanha) (2001-2002 e 2003), bem como no Georgetown Law Center (Washington DC, 2004, com Mark Tushnet). Atua



Professora
Carla Patrícia

especialmente nas áreas de Direito Constitucional e Teoria dos Direitos Fundamentais, tendo como principal linha de pesquisa a eficácia e efetividade dos direitos fundamentais no direito público e privado, com ênfase em direitos sociais e ambientais, dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na sociedade tecnológica. Foi Professor do Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Universidade Pablo de Olavide, Sevilha. Foi Professor convidado do Mestrado em Direito Constitucional Europeu da Universidade de Granada, Espanha. Foi Professor visitante (como bolsista do Programa Erasmus Mundus, da União Europeia) da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - Lisboa (2009). Foi pesquisador visitante na Harvard Law School (2008). Foi pesquisador convidado (Fellow) do Stellenbosh Institute for Advanced Studies STIAS (2011), com bolsa do Instituto. Professor convidado da Universidade de Lisboa (2012), Pesquisador junto ao Instituto Max-Planck de Direito Privado Estrangeiro e Internacional e Universidade de Hamburgo apoio financeiro do DAAD (2013). Pesquisador Visitante como bolsista do Instituto no Instituto Max-Planck de Direito Privado Estrangeiro Internacional, Hamburgo (2017, bolsista do Instituto). Pesquisador visitante com auxílio financeiro do DAAD no Instituto Max-Planck de Direito Privado Estrangeiro e Internacional em Hamburgo (2018). Pesquisador visitante com bolsa no Instituto Max-Planck de Direito Social e Política Social de Munique (2019). Professor Visitante na Universidade de Hamburgo (2020). Pesquisador Produtividade Nível 2 do CNPq. Membro do Conselho da Fundação Peter Häberle, Granada, Espanha. Pesquisador Destaque Área Ciências Humanas FAPERGS, 2011. Membro Pesquisador Fundador e Membro do Conselho Executivo do CDEA. Tem proferido conferências, apresentado trabalhos em eventos e publicado em periódicos e obras coletivas no Brasil e no exterior (Alemanha, Áustria, África do Sul, Argentina, Bélgica, Peru, Chile, Espanha, EUA, Itália, Inglaterra, México, Suíça, Portugal). É autor, entre outras, das seguintes obras: Die Problematik der sozialen Grundrechte in der brasilianischen Verfassung und dem deutschen Grundgesetz - Eine rechtsvergleichende Untersuchung, Frankfurt am Main: Peter Lang, 1997; A Eficácia dos Direitos Fundamentais, 13 ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018 (tradução para o Espanhol pela Editora Palestra, Lima, 2019); Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988, 10 ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado 2015; Direito Constitucional Ecológico (coautoria com Tiago Fensterseifer), 7 ed., São Paulo: RT, 2021; Curso de Direito Constitucional (com Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero), 10 ed., São Paulo: Saraiva, 2021; Princípios de Direito Ambiental (2 ed.) e Direito Ambiental: introdução, fundamentos e teoria geral, ambos em coautoria com Tiago Fensterseifer, Ed. Saraiva, São Paulo. Constituição e Direito Penal, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016 (com Jayme Weingartner Neto); Curso de Direito Ambiental, 2 ed., Ed. GEN, Rio de Janeiro, 2021, em coautoria com Tiago Fensterseifer). Fonte: Escavador

Conhecido principalmente por seus trabalhos acadêmicos sobre [direito constitucional](#), [direitos humanos](#), [direitos fundamentais](#), [dignidade da pessoa](#)

humana e direito ambiental, é membro catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Fonte: Wikipedia

Obras: São os livros publicados por Ingo Wolfgang Sarlet, considerando-se o ano da primeira edição:

Como autor:

- *Die Problematik der sozialen Grundrechte in der brasilianischen Verfassung und im deutschen Grundgesetz*, Peter Lang Publishing (Frankfurt, Alemanha), 1997.
- *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*, 13ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018 (1998).
- *A Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*, 10ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015(2001).
- *Direito Constitucional Ecológico* (em parceria com Tiago Fensterseifer), 7ª ed., São Paulo: RT, 2021 (2009).
- *Curso de Direito Constitucional* (em parceria com [Luiz Guilherme Marinoni](#) e Daniel Mitidiero), 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2021 (2012).
- *Princípios de Direito Ambiental* (em parceria com Tiago Fensterseifer), 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017 (2014).
- *Direito Ambiental: Introdução, Fundamentos e Teoria Geral* (em parceria com Tiago Fensterseifer), São Paulo: Saraiva, 2014.
- *Constituição e Legislação Ambiental Comentadas* (em parceria com [Paulo Affonso Leme Machado](#) e Tiago Fensterseifer), São Paulo: Saraiva, 2015.
- *Constituição e Direito Penal* (em parceria com Jayme Weingartner Neto), Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.
- *Maquiavel o Príncipe e a Formação do Estado Moderno*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.
- *O Direito ao Esquecimento na Sociedade da Informação* (em parceria com Arthur Ferreira Neto), Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018 (2017). Fonte: Wikipedia

Textos importantes:

https://www.mpgq.mp.br/revista/pdfs_42/4-Ingo%20Wolfgang%20Sarlet.pdf

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5307223/mod_resource/content/1/OS%20DIREITOS%20FUNDAMENTAIS%20SOCIAIS%20NA%20CONSTITUIÇÃO%20DE%201988%20-%20INGO%20WOLFGANG%20SARLET.pdf

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/370724/mod_resource/content/1/direito-fundamental-c3a0-moradia-ingo-sarlet.pdf

<https://www.indexlaw.org/index.php/HermeneuticaJuridica/article/download/4074/pdf>



Professora Carla Patrícia

4. Desembargador Roberto Portugal Bacellar (TJPR) @robertoportugalbacellar

PARA O ENAMA: deverá influenciar diretamente nas questões de **Formação Humanística. ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Métodos adequados de solução de conflitos
- Mediação e mediação judicial
- Conciliação
- Arbitragem
- Justiça Restaurativa

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1988), especialização em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Paranaense (1997), MBA em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Paraná (2004) e mestrado Direito Econômico Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001). Doutorando em Direito Empresarial pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Nove de Julho (2021-2024). Ingressou na magistratura em 1989 e atualmente é Desembargador do Tribunal Justiça do Estado do Paraná. Professor do quadro permanente de docentes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), entidade vinculada ao Superior Tribunal de Justiça. Presidente da Comissão de Mediação Judicial e Justiça Restaurativa do TJPR (2023/2024). Fonte: Escavador.

Obras publicadas:

- ✓ Administração judiciária – com justiça, InterSaberes, 2016
- ✓ Mediação e Arbitragem, Saraiva Jur, 2017
- ✓ Conciliação e Mediação – Ensino em construção, IPAM, 2019
- ✓ Juizados Especiais: a nova mediação paraprocessual, RT, 2004
- ✓ Juiz servidor, gestor e mediador, Enfam, 2013: https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2014/08/Juiz_Gestor.pdf

ATENÇÃO! ESTA OBRA É DISPONIBILIZADA PELA ENFAM

Vídeo importante:

https://www.youtube.com/watch?v=DeWpOdqeN7U&list=RDCMUCskP1VB9xQ_CvyqvNYRK_9iw&start_radio=1&rv=DeWpOdqeN7U&t=43

5. Desembargador Desembargador Gilson Delgado Miranda (TJSP) – Titular @gilsondmiranda

PARA O ENAMA: deverá influenciar diretamente nas questões de Direito Civil (apesar de sua formação em Processo Civil, é examinador de Direito Civil no 190º Concurso da Magistratura/TJSP, além de ser membro da 35ª Câmara de Direito Privado/TJSP). **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Responsabilidade civil
- Parte Geral do Código Civil
- Obrigações e contratos

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente é professor assistente-doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona nos cursos de graduação, especialização e mestrado. Vice-diretor da Escola Paulista da Magistratura - EPM, eleito para o biênio 2022/2023. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil e Processo Coletivo. Autor de artigos e livros jurídicos. É desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Fonte: Escavador

Obras publicadas:

- ✓ Recursos no Processo Civil, Atlas, 2009
- ✓ Procedimento Sumário, RT, 2000

Textos do Desembargador:

<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/browse?type=author&value=Miranda%2C+Gilson+Delgado>

Vídeos importantes:

https://www.youtube.com/watch?v=NWGxz_gXMok

<https://www.youtube.com/watch?v=rL9D1cBoR6M>

6. Juiz Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho (TJSP) – suplente

PARA O ENAMA: como suplente do Desembargador Gilson, deverá influenciar as questões de Direito **Civil**. Contudo, tem formação em Direito Público (doutorado e mestrado em Direito e Estado), portanto, é preciso atentar para questões interdisciplinares (diálogo com Direito **Administrativo**). Observar os temas de seus trabalhos acadêmicos: governança pública na administração contemporânea (tese de doutorado) e delegação do poder de polícia a entes privados (dissertação de mestrado). **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Poder de polícia (delegação a entes privados)
- Responsabilidade civil do Estado
- Contratos entre particulares e a Administração Pública
- Bens públicos

<https://alexandrecunhafilho.com.br>

ATENÇÃO! Aqui é encontrada a produção bibliográfica do examinador

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2017). Obteve o título de mestrado também em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo em 2013, tendo colado grau na mesma instituição em 2003. Atualmente é professor de cursos de pós graduação na Escola Paulista da Magistratura e da graduação da Faculdade de Direito de São Bernardo. Exerce o cargo de juiz de direito em São Paulo (desde 2007). Fonte: Escavador

Vídeos importantes:

<https://www.youtube.com/watch?v=upZPyOr7xAU>

<https://www.youtube.com/watch?v=Lvdk3Ttqx-w>

7. Desembargadora Ana Paula Tauceda Branco (TRT17) – titular

PARA O ENAMA: deverá influenciar as questões de Direito **Constitucional**, na parte específica de **Constitucional Trabalhista**, de **Direitos Humanos** e de **Formação Humanística**. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Direitos sociais
- Direitos sociais trabalhistas (artigo 7º da Constituição Federal)

- Direito da antidiscriminação
- Métodos adequados de solução de conflitos

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (1991) e mestrado em Direito Constitucional - Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdades de Direito de Vitória - FDV (2006). Pós Graduada pela Faculdade Cândido Mendes de Vitória/Consultime em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho e Direito Previdenciário (2000). Desembargadora do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), desde 19/06/2012 e Membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), desde 23 de agosto de 2019. Atuou como Coordenadora-Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - NUPEMEC (no ano de 2018 - ano de criação do Núcleo) e Presidente da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TRT-ES no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018. De junho de 2013 até a criação do NUPEMEC em 2018, presidiu o Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Exerceu a Presidência da 3ª Turma no biênio 2013-2014, a Vice-Presidência do TRT da 17ª Região entre janeiro/2013 a dezembro/2014 e, neste mesmo período, foi Ouvidora do TRT da 17ª Região. Presidente do TRT-ES no biênio 2019/2021. Ex-advogada trabalhista com vinte anos de advocacia especializada com larga experiência nas áreas trabalhista, constitucional, sindical e previdenciária. Ex-Advogada sócia gestora do escritório Tauceda, Finamore, Favoretti & Advogados Associados. Professora da Pós Graduação da Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Professora convidada pelo Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Colunista da Revista Vitória Mais. Comentarista do programa CBN e o SEU TRABALHO na rede CBN-VITÓRIA de 2006 a 2018. Tem estudos com ênfase nos seguintes temas: colisão de princípios constitucionais, direitos humanos fundamentais sócio-trabalhistas, discriminação, desemprego, terceirização, ativismo judiciário, métodos autocompositivos de conflitos. Fonte: Escavador

Obra publicada:

- ✓ A colisão de princípios constitucionais no direito do trabalho, LTr, 2007 Para consulta como dissertação de mestrado:
<http://repositorio.fdv.br:8080/bitstream/fdv/14/1/AnaPaulaTaucedaBranco.pdf>

Texto importante:

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/162270/2018_branco_ana_acordos_extrajudiciais.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Entrevista importante (embora antiga):

http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160707_aj02875_empresas_e_s.pdf

**8. Juíza Manuela Hermes de Lima (TRT5) – Suplente
@manuhermes**

PARA O ENAMA: deverá influenciar, juntamente com a Desembargadora Ana Paula Tauceda Branco, de quem é suplente, nas questões de Direito **Constitucional**, na parte específica de **Constitucional Trabalhista**, **Direitos Humanos** e **Formação Humanística**. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Direito da antidiscriminação (todas as questões envolvendo racismo)
- Julgamentos baseados na perspectiva de gênero (protocolo instituído pelo CNJ)
- Assédio moral
- Trabalho infantil
- Direitos sociais trabalhistas na Constituição Federal

Mestre em Direito Público. Juíza do Trabalho no Estado da Bahia.

Textos importantes:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/zumbido-justica-antirracista/nao-nao-estou-lhe-servindo-rompendo-o-estereotipo-da-mulher-negra-como-subalterna/>

<https://www.geledes.org.br/manuela-hermes-de-lima-infancias-negras-racismo-e-trabalho-infantil/>

http://www.enamat.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/Colecao_Estudos_ENAMAT_Vol1_Direitos_Humanos_Sociais.pdf **NESTA OBRA HÁ UM TEXTO DA EXAMINADORA EM COAUTORIA**

Vídeo importante:

<https://www.youtube.com/watch?v=jOW8HRqjnRo> **NESTE SEMINÁRIO HÁ PALESTRA DA EXAMINADORA (a partir do 1:00:46)**

**9. Juiz Federal Frederico Magno de Melo Veras
(11aCJM/DF, GO e TO) – titular**

PARA O ENAMA: deverá influenciar nas questões de Direito **Penal**. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Crimes militares



Professora Carla Patrícia

- Culpabilidade
- Ação penal militar
- Competência da Justiça Militar

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1992).
Fonte: Escavador

Obras:

- ✓ Culpabilidade nos crimes propriamente militares, Leud, 2007
- ✓ Por uma comunicação entre o juiz criminal e o acusado, Leud, 2011
- ✓ Direito Militar em foco (em coautoria), Lumen Juris, 2023

Vídeos importantes:

<https://www.youtube.com/watch?v=NYzJ7pLdn9s>

<https://www.youtube.com/watch?v=IZfohJg0J94>

10. Juiz Federal Ricardo Vergueiro Figueiredo (2aCJM/SP) – Suplente @ricardo.vergueirof

PARA O ENAMA: deverá influenciar, juntamente com o Juiz Federal Frederico Magno de Melo Veras, de quem é suplente, as questões de Direito **Penal**. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- *Cyberbullying*
- Crimes contra a vida (especialmente induzimento, instigação e auxílio ao suicídio)
- Crimes da lei de drogas

Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Autor de artigos jurídicos publicados em revistas especializadas na área do Direito. Autor e organizador de obras e códigos. Oficial R/2 do Exército, da arma de Infantaria. Palestrante. Juiz Federal da Justiça Militar, desde 2000 e, atualmente, titular da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar em São Paulo. Fonte: Escavador.

Obras:

- ✓ Código de Processo Penal, Rideel, 2009
- ✓ Código Penal Militar – Código de Processo Penal Militar, Rideel, 2008
- ✓ Da Participação em Suicídio, Del Rey, 2001

11. Juíza Federal Jaiza Maria Pinto Fraxe (TRF1)
@jaizafraxe

PARA O ENAMA: deverá influenciar as questões de **Direitos Humanos** e poderá também influenciar as questões de Direito **Constitucional**. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Direitos das minorias
- Direito constitucional ambiental (sobretudo direitos dos povos indígenas e danos ambientais)
- Geodireito

Juíza federal - Justiça Federal do Amazonas. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (1991), Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2005) e Doutorado em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas (2011). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Indígena, Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direito Ambiental. Fonte: Escavador.

Postagem importante:

- ✓ A **apropriação cultural** ocorre quando uma pessoa privilegiada na sociedade passa a usar hábitos, vestuários ou objetos de grupos sociais vulneráveis, esvaziando o significado sagrado, a cultura ou o símbolo utilizado. (10/1/2024).

Tese de doutorado em Biotecnologia:

<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3086/1/Jaiza%20Maria%20Pinto%20Fraxe.pdf>

Dissertação de mestrado:

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4241/1/arquivo5153_1.pdf

12. Dr. Antônio do Passo Cabral (indicação do MPF)
@antoniopassocabral

PARA O ENAMA: deverá influenciar as questões Direito **Processual Civil**. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Coisa julgada



Professora Carla Patrícia

- Preclusões
- Convenções processuais (negócios jurídicos processuais)
- Cooperação judiciária
- Procedimentos especiais
- Juiz natural

Professor Associado de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde leciona na Graduação, Mestrado e Doutorado. Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito Processual pela UERJ, em cooperação com a Universidade de Munique, Alemanha (Ludwig-Maximilians-Universität). Mestre em Direito Público pela UERJ. Pós-doutorado na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Professor Visitante na Universidade de Passau, Alemanha (2015), na Universidade de Kiel, Alemanha (Christian-Albrechts Universität, 2016 e 2017) e na Universidade Ritsumeikan, em Quioto, Japão (2018). Senior Lecturer na Peking University, Pequim, China (2019 e 2021). Vice-Presidente da International Association of Procedural Law, Vice-diretor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Direito Processual, Membro do Instituto Iberoamericano de Direito Processual, da Associação de Juristas Brasil-Alemanha (Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung) e da Wissenschaftliche Vereinigung für Internationales Verfahrensrecht. Procurador da República no Rio de Janeiro. Ex-Juiz Federal. Fonte: Escavador.

Obras:

- ✓ Coisa julgada, RT, 2016
- ✓ Por uma nova teoria dos procedimentos especiais: dos procedimentos às técnicas, JusPodvm, 2023
- ✓ Convenções processuais: teoria geral dos negócios jurídicos processuais, JusPodvm, 2023
- ✓ Coisa julgada e preclusões dinâmicas, JusPodvm, 2021
- ✓ Juiz natural e eficiência processual, RT, 2021
- ✓ Comentários ao Novo Código de Processo Civil (em coautoria), Forense, 2016
- ✓ Decisão administrativa coordenada (em coautoria), JusPodvm, 2022
- ✓ Segurança jurídica e regras de transição nnos processos judicial e administrativo, JusPodvm, 2021
- ✓ Jurisdição sem decisão, JusPodvm, 2023

Textos importantes:

https://www.mpgq.mp.br/revista/pdfs_41/1-Antonio%20do%20Passo%20Cabral.pdf

Tese de doutorado:

<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/9253/1/Antonio%20Cabral%20Texto%20completo.pdf>

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1282730/Antonio_do_Passo_Cabral.pdf

<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/25-76-1-pb.pdf>

Vídeos importantes:

<https://www.youtube.com/watch?v=qWO-2OuT5UI>

<https://www.youtube.com/watch?v=wK6kPrhxkgs>

<https://www.youtube.com/watch?v=-dc4qeexSOc>

13. Dr. Marçal Justen Filho (indicação da OAB) @marcaljusten

PARA O ENAMA: deverá influenciar as questões de Direito Administrativo. **ATENÇÃO** para os seguintes temas:

- Licitações e contratos
- Gestão de contratos administrativos
- Improbidade administrativa
- Agências reguladoras
- LINDB e Administração Pública

Ganhou notoriedade por seus trabalhos na área do Direito Público^{[1][2][3]}, especialmente em regulação, licitações e contratos administrativos. Suas obras mais conhecidas são: *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas - Lei 14.133/2021* (2. ed., RT/Thomson Reuters Brasil, 2023); *Curso de Direito Administrativo* (14. ed., Forense, 2023); e *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos* (18. ed., RT/Thomson Reuters Brasil, 2019). Também publicou: *Reforma da Lei de Improbidade Administrativa: Lei 14.230 comparada e comentada* (Forense, 2021); *Introdução ao Estudo do Direito* (Forense, 2. ed., 2021); *Comentários à Lei de Contratos de Publicidade da Administração - Lei 12.232/2010* (Fórum, 2020); *Comentários ao RDC* (Dialética, 2013); *Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico* (Dialética, 6. ed., 2013); *O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas* (Dialética, 2. ed., 2007); *Teoria Geral das Concessões de Serviço*

Público (Dialética, 2003); *O Direito das Agências Reguladoras Independentes* (Dialética, 2002); *Concessões de Serviços Públicos* (Dialética, 1997); *Desconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro* (RT, 1987); *Sujeição Passiva Tributária* (CEJUP, 1986) e *O Imposto Sobre Serviços na Constituição* (RT, 1985). Organizou a obra *Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/2016* (RT, 2016). Em 2022, publicou a coletânea *Publicistas. Direito Administrativo sob tensão* (Fórum, 2022), em conjunto com Carlos Ari Sundfeld; Eduardo Jordão; Egon Bockmann Moreira; Floriano de Azevedo Marques Neto; Gustavo Binenbojm; Jacintho Arruda Câmara; José Vicente Santos de Mendonça e Vera Monteiro. Em conjunto com Rafael Wallbach Schwind, coordenou a obra *Parcerias Público-Privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004* (RT, 2. ed., 2022). Em 2019, coordenou a coletânea *Direito da Infraestrutura. Estudos de Temas Relevantes* com Marco Aurélio de Barcelos. Juntamente com [Arnoldo Wald](#) e Cesar Augusto Guimarães Pereira organizou a obra *O Direito Administrativo na Atualidade. Estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles* (Malheiros, 2017). Em conjunto com Cesar Augusto Guimarães Pereira, coordenou as obras *Brazil Infrastructure Law* (Eleven International Publishing, 2016) e *O Regime Diferenciado de Contratações Públicas: Comentários à Lei nº 12.462 e ao Decreto nº 7.581* (Fórum, 2. ed., 2013). Publicou ainda *Emenda dos Precatórios: fundamentos de sua inconstitucionalidade* (Fórum, 2010), com Carlos Valder do Nascimento, e traduziu a obra *L'État post-moderne*, de Jacques Chevallier, para a língua portuguesa (O Estado Pós-Moderno, Fórum, 2009).

É advogado sócio-fundador de Justen, Pereira, Oliveira & Talamini Sociedade de Advogados, árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná^[4] e da International Chamber of Commerce - ICC^[5], membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública^[6], da Public Contracts in Legal Globalization Network^[7], do Núcleo de Estudos sobre Federalismo e Relações Intergovernamentais^[8], do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française^[9] e da Academia Paranaense de Letras Jurídicas^[10]. É Coordenador Nacional de projetos na área de Licitações e Contratos Administrativos da Escola Nacional de Advocacia – ENA. Em 2018, foi nomeado para compor a Comissão de Juristas responsáveis pela elaboração do anteprojeto de reforma da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). É professor do IDP.

Formação

Marçal Justen Filho graduou-se na Faculdade de Direito da [Universidade Federal do Paraná](#) (1973-1977) e figura na restrita lista de alunos notáveis da instituição^[11]. É Mestre (1984) e Doutor (1985) em Direito pela [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo](#) (PUC-SP), foi visiting fellow no [Instituto Universitário Europeu](#) em Florença, Itália (1999) e visiting researcher na [Yale Law School](#) (2010/2011). Fonte: Wikipedia.



Professora Carla Patrícia

Textos no blog do examinador:

<https://www.justenfilho.com.br/secao/artigos/>

Vídeos importantes:

<https://www.youtube.com/watch?v=6DmpkWt1iC8>

<https://www.youtube.com/watch?v=RX1dKYc4VMs>

https://www.youtube.com/watch?v=s6_i0u1ltQs

